

Banco
Ourinvest S.A.

**Demonstrações consolidadas
contábeis - Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2019
e 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, juntamente com o parecer de nossos auditores independentes.

Resumo do Balanço Patrimonial	(R\$ milhares)	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades, Aplicações Interf. Liquidez e Tít. Vals. Mobiliários		402.941	406.635
Relações Interfinanceiras		21	-
Operações de Crédito		67.129	54.255
Carteira de Câmbio		187.518	129.749
Títulos e Créditos a Receber		321.689	294.827
Outros Créditos		43.949	26.957
Ativo Permanente		5.264	3.527
Ativo Total		1.028.511	915.950
Depósitos		145.215	147.884
Recursos Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares		88.771	50.567
Carteira de Câmbio		200.596	131.708
Outras Obrigações		416.070	388.802
Resultado de Exercícios Futuros		1.466	-
Passivo Total		852.118	718.961
Patrimônio Líquido		176.393	196.989
Passivo + Patrimônio Líquido		1.028.511	915.950
Lucro Líquido do Semestre		5.686	8.327
Numero de Colaboradores		273	172

A Administração está à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias.

São Paulo, 27 de agosto de 2019.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e aos Acionistas do
Banco Ourinvest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito em Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Ourinvest S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Ênfase – Eventos Subsequentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 33 às demonstrações financeiras, que descreve que em 19 de Julho de 2019, os acionistas da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”) e do Banco BTG Pactual S.A. celebraram contrato de compra e venda que envolveu a aquisição de 80% do capital social da Distribuidora. A conclusão desta operação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores, especialmente o BACEN – Banco Central do Brasil e o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Ourinvest S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 27 de agosto de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não que ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de Conglomerado Prudencial.



Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriadas às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas à Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos e condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Carlos Massao Takauthi
Contador CRC SP206103/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Ativo	Nota Explicativa	2019	2018	Passivo	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante		1.020.002	909.761	Circulante		795.449	659.257
Disponibilidades	5a	176.830	159.682	Depósitos	14a	100.881	100.791
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	138.393	141.240	Depósitos a Prazo		100.881	100.791
Aplicações em Operações Compromissadas		138.393	141.240	Obrigações por Operações Compromissadas	15	508	3.624
Tít. e Valrs.Mobiliários e Instrum.Fin.Derivativos		87.718	105.713	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares	16	76.436	37.956
Carteira Própria	7a	36.517	44.736	Relações Interfinanceiras		182	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	933	4.791	Relações Interdependências - Ordens de pagamento	17	31.737	26.108
Vinculados a Operações Compromissadas	7a/15	503	3.440	Obrigações por empréstimos	18	54.520	25.677
Vinculados a Prestação de Garantias	7a	49.765	52.746	Empréstimos no exterior		34.078	25.677
Relações Interfinanceiras		21	-	Empréstimos no país		20.442	-
Operações de Crédito		64.458	52.090	Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	2.262	897
Setor Privado	8a	67.740	53.368	Outras Obrigações		527.457	464.204
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa		(3.282)	(1.278)	Cobrança e Arrec.Tribute.Assemelhados		576	1.009
Outros Créditos	9	547.959	444.255	Carteira de Câmbio	9a	200.596	131.708
Carteira de Câmbio	9a	187.518	129.749	Fiscais e Previdenciárias	19b	9.766	16.311
Rendas a Receber		5.950	2.743	Sociais e Estatutárias	19a	1.014	428
Negociação e Intermediação de Valores		13.701	5.464	Negociação e Intermediação de Valores	19c	97.041	69.429
Títulos e Créditos a Receber	8a	326.042	295.552	Diversos	19d	218.464	245.319
(-) Outros Créditos em Liquidação Duvidosa		(4.353)	(725)	Resultado de Exercícios Futuros		1.466	-
Crédito Tributário	9b	3.092	2.898	Exigível a Longo Prazo		56.669	59.704
Diversos		16.009	8.574	Depósitos	14a	44.334	47.093
Outros Valores e Bens	10	4.623	6.781	Depósitos a Prazo		44.334	47.093
Bens não de Uso Próprio		-	4.118	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares	16	12.335	12.611
Despesas Antecipadas		4.623	2.663	Patrimônio Líquido	22	176.393	196.989
Realizável a Longo Prazo		3.245	2.662	Capital Social		81.000	60.000
Operações de Crédito	8a	2.671	2.165	De Domiciliados no País		81.000	60.000
Setor Privado		2.671	2.165	Reserva de Lucros		24.608	40.502
Outros Créditos	8a	574	497	Participação do não controlador		70.785	96.487
Títulos e Créditos a Receber		574	497				
Permanente		5.264	3.527				
Investimentos	11	13	212				
Outros Investimentos		13	212				
Imobilizado de Uso	12	4.226	1.848				
Outras Imobilizações de Uso		9.654	6.370				
(-) Depreciações Acumuladas		(5.428)	(4.522)				
Intangível	13	1.025	1.467				
Outros Ativos Intangíveis		6.676	6.079				
(-) Amortizações Acumuladas		(5.651)	(4.612)				
Total		1.028.511	915.950	Total		1.028.511	915.950

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota Explicativa	2019	2018
Receitas das Intermediações Financeiras		<u>133.687</u>	<u>121.979</u>
Operações de Crédito	8e	43.535	36.298
Resultado de Operações de Câmbio	9a1	70.717	98.094
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	7b	11.749	13.061
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7c1	7.686	(25.474)
Despesas das Intermediações Financeiras		<u>(27.146)</u>	<u>(18.837)</u>
Operações de Captação no Mercado	14b	(8.449)	(8.379)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(12.205)	(9.292)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.492)	(1.166)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>106.541</u>	<u>103.142</u>
Outras Despesas/Receitas Operacionais		<u>(93.708)</u>	<u>(85.773)</u>
Receitas de Prestação de Serviços	22	33.144	20.493
Despesas de Pessoal	23	(60.060)	(52.770)
Outras Despesas Administrativas	24	(67.668)	(47.080)
Despesas Tributárias	25	(14.103)	(9.912)
Outras Receitas Operacionais	26	17.326	5.802
Outras Despesas Operacionais	27	(2.347)	(2.306)
Resultado Operacional		<u>12.833</u>	<u>17.369</u>
Resultado Não Operacional	28	785	(781)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		<u>13.618</u>	<u>16.588</u>
Impostos e Contribuições	20	<u>(4.991)</u>	<u>(6.248)</u>
Imposto de Renda		(2.316)	(3.114)
Contribuição Social		(1.410)	(2.438)
Ativo Fiscal Diferido		(1.265)	(696)
Participações no Lucro		<u>(2.941)</u>	<u>(2.013)</u>
Lucro Líquido do Semestre		<u>5.686</u>	<u>8.327</u>
Atribuível ao acionista controlador		2.517	1.407
Atribuível ao acionista não controlador		3.169	6.920
Nº de Ações		6.824.602	6.824.602
Lucro Líquido do Semestre por Ação - em R\$		0,83	1,22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas



Av. Paulista, 1.728 Sobreloja, 1º, 2º, 4º e 11º andares São Paulo SP

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota <u>Explicativa</u>	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não Controlador	Total
			Legal	Outras				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		44.000	6.334	49.095	-	99.429	78.104	177.533
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	1.407	1.407	6.920	8.327
Destinação das Reservas de Lucros:	22							
- Aumento de Capital		16.000	-	(16.000)	-	-	10.000	10.000
- Reserva Legal		-	70	-	(70)	-	1.557	1.557
- Reserva Especial de Lucros		-	-	1.003	(1.003)	-	-	-
- Provisão de Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(334)	(334)	(94)	(428)
Saldos em 30 de junho de 2018		60.000	6.404	34.098	-	100.502	96.487	196.989
Saldos em 31 de dezembro de 2018		81.000	242	23.049	-	104.291	95.666	199.957
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	2.517	2.517	3.169	5.686
Destinação das Reservas de Lucros:	22							
- Diminuição de Capital		-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
- Reserva Legal		-	126	-	(126)	-	-	-
- Reserva Especial de Lucros		-	330	2.061	(2.391)	-	(7.560)	(7.560)
- Juros Sobre o Capital Próprio		-	-	(1.200)	-	(1.200)	(490)	(1.690)
Saldos em 30 de junho de 2019		81.000	698	23.910	-	105.608	70.785	176.393

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		13.618	16.588
Ajustes ao Lucro Líquido		5.709	(1.990)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		6.492	1.166
Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários		506	(150)
Depreciações e Amortizações		1.025	735
Participações Estatutárias no Lucro		(2.941)	(2.013)
Resultado das Variações Cambiais não realizadas		627	(1.728)
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição		59.810	(73.458)
Títs. e Valrs.Mobiliários e Instrum.Fin.Derivativos		8.562	12.545
Relações Interfinancieras		(21)	-
Operações de Crédito		(4.131)	4.495
Outros Créditos		55.269	(86.267)
Outros Valores e Bens		374	(1.271)
Margem Requerida em Moedas Estrangeiras / Compras não Recebidas		(243)	(2.960)
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		(25.044)	43.467
Depósitos		15.166	(16.244)
Obrigações por Operações Compromissadas		(2.745)	(1.371)
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares		(62.028)	(46.730)
Relações Interfinancieras		154	-
Relações Interdependências		(11.302)	(5.259)
Instrumentos Financeiros e Derivativos		(972)	632
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(15.058)	15.558
Outras Obrigações		56.732	103.129
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.991)	(6.248)
Variação em Resultados de Exercícios Futuros - Aumento / (Diminuição)		1.464	(1)
Caixa Proveniente / Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento / (Diminuição)		55.557	(15.394)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimentos		(1)	-
Imobilizado de Uso		(1.580)	(442)
Intangível		166	(846)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Investimento - (Aumento) / Diminuição		(1.415)	(1.288)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Reservas		(7.560)	-
Diminuição/Aumento de capital		(20.000)	10.000
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos		(1.690)	-
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		24.892	(6.682)
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no início do semestre		287.423	302.916
Saldo no final do semestre	5b	312.315	296.234
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		24.892	(6.682)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Conglomerado Prudencial Ourinvest é formado por: Banco Ourinvest S.A., Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros; conforme quadro descritivo, com os respectivos percentuais de participação abaixo:

Conglomerado Prudencial Ourinvest	2019		2018	
Empresas	(%) Percentual de Consolidação	Controle	(%) Percentual de Consolidação	Controle
Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	100,00%	Sim	100,00%	Sim
Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	100,00%	Não	100,00%	Não
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ⁽³⁾	100,00%	Não	100,00%	Não
Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁴⁾	100,00%	Não	100,00%	Não

⁽¹⁾ O Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (BACEN), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 4º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras de: (i) Investimento, (ii) Câmbio e (iii) Crédito e Financiamento e atua também no mercado de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

⁽²⁾ A Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado. A Distribuidora tem por objeto social atuar na subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, encarregar-se da custódia de títulos e valores mobiliários entre outros.

Em instrumento de venda e de compra e de permuta de ações e outras avenças de 26/6/2017, o Banco vendeu a totalidade de suas ações 5.000.197, da Ourinvest Distribuidora de títulos e valores mobiliários S.A.; para os acionistas diretos da Ourinvest Participações S.A. (“Holding Ourinvest”).

⁽³⁾ A Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, controlada pela Supplier Participações S.A., constituída em 28.05.2014, tendo por objeto social principal atuar como emissora de administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlativas, inclusive em regime de consórcio, dentre estas atividades inclui a emissão de títulos de crédito e rotineiramente sua cessão. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua matriz está localizada na Av. Paulista, 1.728, São Paulo.

⁽⁴⁾ A Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), é uma sociedade por ações que tem como objeto social principal atuar como companhia securitizadora de créditos financeiros oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais e investimento, e sociedade de arrendamento mercantil na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686 de 26.01.2000 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la. A companhia está domiciliada no Brasil e está localizada na Av. Paulista, 1.728, São Paulo. Em agosto de 2007, a Companhia foi adquirida pela Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.

2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial

O Banco Central do Brasil, através dos Ofícios 6.059/2016 e 19.936/2016, determinou a inclusão das empresas Supplier Administradora de Cartões de Crédito e Supplier Companhia Securitizadora de Créditos na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas Prudenciais do Banco.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, da Lei das Sociedades por Ações, e consolidadas conforme previsto nos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, Resolução nº. 4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular nº. 3.701 de 13 de março de 2014.

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 27 de agosto de 2019.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais o Banco detenha controle direto ou indireto, seguindo os seguintes critérios:

- Correspondentes à mesma data-base;
- Aplicadas as mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizadas pela instituição líder;
- Os ajustes estejam sujeitas às mesmas normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif);
- Nos negócios realizados entre instituições integrantes do conglomerado prudencial, procedemos à eliminação:
 - Dos saldos de quaisquer contas, representados no ativo de uma entidade, contra os respectivos saldos representados nos demonstrativos da outra;
 - De resultados não realizados que estejam incluídos no ativo de uma entidade, contra o respectivo resultado do exercício ou patrimônio líquido da outra.

- Nas participações societárias, diretas ou indiretas, entre as empresas integrantes do conglomerado prudencial, devem ser observados os seguintes procedimentos:
 - Eliminamos o valor do investimento de uma entidade contra a correspondente participação no patrimônio líquido da outra;
 - Apresentar as participações de não controladores de forma destacada, nas demonstrações contábeis consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional) Reais-Brasil.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Conglomerado revisa as estimativas e premissas mensalmente.

d. Caixa e equivalente de caixa

Para fins de Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa, correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias, a contar da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos circulante e realizável a longo prazo

- ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- g. **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (*hedge*). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

- h. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa 8d.

i. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j. Bens não de uso próprio

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

k. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pro rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

I. Permanente

- (i) **Investimentos** - As ações da CETIP Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmutualização, as ações da ANBIMA estão avaliadas pelo custo de aquisição, as ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão foram atualizadas pelo boletim diário de informações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão do último dia útil do exercício. Os incentivos fiscais e outros investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.
- (ii) **Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.
- (iii) **Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e são amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil-econômica desses ativos intangíveis.
- (iv) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O conglomerado testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

m. Passivos circulante e exigível a longo prazo

- ***Depósitos***

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

- ***Empréstimos e repasses no exterior***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de taxa pré-fixada, libor e variações cambiais incorridas até a data dos balanços.

- ***Empréstimo de ouro***

São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridas até as datas dos balanços.

- ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões, às alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e 15%, sobre o lucro tributável para contribuição social.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Comitê de Risco do Conglomerado Prudencial; são consolidadas/apoiadas pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela Alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão Integrada de Riscos.

Assumir e gerenciar riscos são atividades do Conglomerado Prudencial e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecido os objetivos para a gestão de riscos. Desta forma, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Conglomerado Prudencial busca por processos robustos de gerenciamento de riscos, que permeiem todo o conglomerado e que seja a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Estes processos estão alinhados às diretrizes da Alta Administração que definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, monitoram e analisam o risco e o capital.

Em 23 de fevereiro o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e do programa de teste de estresse, e a indicação do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

A declaração de apetite por risco consiste nos tipos de risco e os respectivos níveis que o Conglomerado Prudencial está disposto a assumir, bem como a capacidade de gerenciar os riscos de forma efetiva e prudente.

A alta administração é responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhado com o apoio do Chief Risk Officer (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado à Alta Administração e orienta a tomada das medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

Controles de gerenciamento de risco

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Conglomerado Prudencial estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa:

- 1ª linha de defesa – áreas de negócios realizam a gestão do risco por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- 2ª linha de defesa – unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos; e
- 3ª linha de defesa – a auditoria interna promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas no conglomerado.

O Conglomerado Prudencial utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para a mensuração de riscos.

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Prudencial. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- I. Risco operacional** - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Com o objetivo de envolver e atribuir responsabilidades aos profissionais na gestão de risco operacional, o Ourinvest dispõe de agentes e suplentes de Compliance e Riscos em todas as áreas, permitindo a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional de maneira descentralizada, contínua e tempestiva, favorecendo uma ação compartilhada e multidisciplinar, na qual os especialistas do processo desempenhem importante papel na gestão de riscos e controles.

O Conglomerado Prudencial possui um Plano de Continuidade de Negócios a que tem como objetivo evitar interrupções de atividades e oferecer segurança aos clientes com relação à capacidade de liquidação de suas operações, além de mitigar graves perdas decorrentes de risco operacional. Esses objetivos são alcançados através do plano de continuidade de negócios, que descreve as estratégias a serem adotadas diante de incidentes e eventuais crises, considerando também os serviços relevantes prestados por terceiros.

A metodologia utilizada para o cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), é o modelo básico de alocação de capital (BIA);

- II. Risco de crédito** – É o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco do Conglomerado Prudencial.

No gerenciamento do Risco de Crédito, são utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração, acompanhamento e análise revisional, considerando as concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas, setores de atividades, porte de cliente, indicadores de inadimplência e de recuperação de crédito, coberturas securitárias e garantias. Realização de simulações de condições extremas (testes de estresse), considerando as alterações das condições de mercado e liquidez, se for o caso.

- III. Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Conglomerado Prudencial adota limites de caixa mínimo, que ainda no limite dê suporte para manutenção de suas atividades normais, com plano de contingência para eventuais ocorrências de desequilíbrio monetário.

A estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, complexidade e dimensão da exposição ao risco de liquidez. O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse.

- IV. Risco de Mercado** - É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços das mercadorias (commodities).

O Controle de risco de mercado é realizado por área independentes das unidades de negócio e responsável por executar as atividades de mensuração e avaliação do risco, monitoramento dos cenários de estresse, reporte de risco para os responsáveis, e apoio ao lançamento de novos produtos com segurança.

A gestão do risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação (Bancária), de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular Bacen 3.354/2007.

A Carteira de Negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, realizadas com intenção de negociação. A Carteira de Não Negociação é composta pelas operações realizadas sem a intenção de negociação.

O gerenciamento deste risco está atrelado a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garantindo que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco e supervisionado e controlado de maneira eficaz, identificando e quantificando as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo.

São utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações a exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias, prevendo os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

Este risco é administrado pelas técnicas de avaliação de riscos tradicionais, o VAR (Value at Risk), cenários de estresse e análise de sensibilidade.

Testes de aderência (backtest) são efetuados regularmente a fim de se verificar a eficiência dos modelos e metodologias adotados.

Gerenciamento de capital

A Alta Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do Conglomerado Prudencial, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do Conglomerado Prudencial.

Com a finalidade de avaliar sua suficiência de capital, no mínimo anualmente, o Conglomerado Prudencial identifica os principais riscos aos quais estão expostos e verifica sua materialidade. Com base nestas informações, a área de gerenciamento integrado de riscos financeiros avalia a necessidade e a suficiência de capital. Adicionalmente, testes de estresse são efetuados, a fim de se verificar a suficiência de Capital em situações extremas.

Esta avaliação de adequação de capital é efetuada adicionalmente para se verificar a viabilidade de novos produtos, e simulações estratégicas, conforme demanda.

Os relatórios de gerenciamento de risco completo, não abrange a opinião de forma conclusiva nos relatórios dos auditores independentes, que não faz parte das demonstrações financeiras, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, está disponível no site do Conglomerado Prudencial em:

<http://www.ourinvest.com.br/pt/portifolio/empresas/documentos>.

5 Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Moeda nacional	1.257	1.215
Aplicações em ouro ⁽¹⁾	300	355
Depósito no exterior em M/E - Conta movimento	23.692	35.159
Depósito no exterior em M/E - Conta margem ⁽²⁾	2.746	2.690
Disponibilidade em moeda estrangeira	148.835	120.263
Total	<u>176.830</u>	<u>159.682</u>

⁽¹⁾ O estoque é composto pelo valor de R\$ 300 (2018 – R\$ 355).

⁽²⁾ O saldo correspondente a depósito no exterior em M/E - conta margem, está vinculado as operações com o banqueiro no exterior e não será constituído como disponibilidade e caixa equivalentes de caixa devido sua característica de margem em garantia (conforme nota explicativa 5b).

b. Equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	176.830	159.682
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	138.393	141.240
Depósito no exterior em M/E - Conta margem	(2.746)	(2.960)
Variações Cambiais não realizadas	(162)	(1.728)
Total	<u>312.315</u>	<u>296.234</u>

⁽¹⁾ As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão classificadas como equivalentes de caixa por possuírem conversibilidade imediata, prazo original igual ou inferior a noventa dias, a conta da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e estão assim representadas:

					2019	2018
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Rendas a apropriar	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada						
Letra Financeira do Tesouro	-	84.022	-	(7)	84.015	73.108
Debêntures	-	60	-	-	60	1.566
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicação em Dólar - USD	54.318	-	-	-	54.318	66.566
Total	54.318	84.082	-	(7)	138.393	141.240

As aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada são representadas por compromissos de revenda de títulos e estão lastreados por NTN – vencimento 15/05/2045 – 6,20% a.a. (2018 - LTN – Vencimento 01/10/2018 – 6,20% a.a. / Vencimento 01/04/2019 – 6,00% a.a.).

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado – TVM

						2019	
	Valor contábil					Valor de custo	Ajuste de mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Títulos livres							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	2.789	7.358	6.814	16.961	17.068	(107)
Certificado de depósito bancário - pré	-	91	40	399	530	646	(116)
Letras de câmbio - pós	-	596	213	285	1.094	1.119	(25)
Letras de câmbio - pré	-	246	6	3	255	252	3
Certificado de recebíveis imobiliários - pós	-	8.987	-	-	8.987	8.987	-
Letras de crédito do agronegócio - pós	-	275	2	6	283	282	1
Letras de crédito imobiliário - pós	-	-	61	153	214	213	1
Certificado de operações estruturadas	-	823	-	-	823	823	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	937	-	937	937	-
Cotas de Fundos em Ações	1.118	-	-	-	1.118	1.118	-
Cotas de Fundos Imobiliárias	4.679	-	-	-	4.679	4.679	-
Cotas de Fundo em Participações	636	-	-	-	636	636	-
	6.433	13.807	8.617	7.660	36.517	36.760	(243)
Vinculados a operações compromissadas							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	-	-	303	303	309	(6)
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	-	-	200	200	198	2
	-	-	-	503	503	507	(4)
Instrumentos financeiros e derivativos							
Mercado de termo a receber	-	-	748	-	748	748	-
Operações de Swap	-	-	185	-	185	185	-
	-	-	933	-	933	933	-
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	47.535	-	47.535	47.550	(15)
Fundo de Investimentos	2.230	-	-	-	2.230	2.230	-
	2.230	-	47.535	-	49.765	49.780	(15)
Total:	8.663	13.807	57.085	8.163	87.718	87.980	(262)

						2018	
	Valor contábil					Valor de custo	Ajuste de mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Titulos livres							
Titulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	4.157	1.025	18.358	23.540	23.540	-
Certificado de depósito bancário - pré	-	109	1.237	2.575	3.921	4.065	(144)
Letras de câmbio - pós	-	170	447	675	1.292	1.327	(35)
Letras de câmbio - pré	-	1.267	208	375	1.850	1.963	(113)
Letras de crédito do agronegócio - pós	-	78	33	131	242	240	2
Letras de crédito imobiliário - pós	-	182	215	393	790	788	2
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.490	3.171	5.661	5.661	-
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	650	-	-	-	650	650	-
Cotas de Fundos em Participações	703	-	-	-	703	500	203
Fundo de Investimentos	6.087	-	-	-	6.087	6.208	(121)
	7.440	5.963	5.655	25.678	44.736	44.942	(206)
Vinculados a operações compromissadas							
Titulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	-	223	2.441	2.664	2.849	(185)
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	338	-	-	338	335	3
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	-	30	408	438	440	(2)
	-	338	253	2.849	3.440	3.624	(184)
Instrumentos financeiros e derivativos							
Mercado de termo a receber	-	1.482	7	-	1.489	1.489	-
Diferencial a pagar Swap	-	-	-	3.302	3.302	-	-
	-	1.482	7	3.302	4.791	1.489	-
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	50.649	50.649	50.671	(22)
Outros	2.097	-	-	-	2.097	2.097	-
	2.097	-	-	50.649	52.746	52.768	(22)
Total:	9.537	7.783	5.915	82.478	105.713	102.823	(412)

Os títulos estão classificados na categoria títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento conforme circular Bacen nº 3.068/2001.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC), os títulos privados e as cotas de fundos em Direitos Creditórios na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Os títulos e valores mobiliários são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título (vencimento/prazo/indexador/juros) do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo site da ANBIMA (taxa a termo) e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento do último dia útil antes da data do balanço, fornecido pelo administrador/custodiante do Fundo.

Os Certificados de Depósitos Bancários foram avaliados com base na variação de 100% a 129,50% do Depósito Interfinanceiro – DI e com base na variação de 7,00% a.a. mais Índice Nacional do Consumidor Amplo – IPCA, de acordo com a característica de cada operação. (2018 – 100,00% a 125,00% do DI).

Os Certificados de Depósitos Bancários prefixados foram adquiridos com base na variação de 6,92% a.a. a 14,00% a.a., de acordo com a característica de cada operação (2018 – 6,82% a.a. a 14,20% a.a.).

As Letras de Câmbio foram adquiridas com base na variação de 110,00% a 127,50% do Depósito Interfinanceiro – DI e com base na variação de 7,08% a.a.; mais Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, de acordo com a característica de cada operação (2018 - 106,00% a 127,00% do DI).

As Letras de Câmbio prefixadas foram adquiridas com base na variação de 12,23% a.a. a 18,70% a.a., de acordo com a característica de cada operação (2018 – 11,99% a.a. a 18,41% a.a.).

Os Certificado de Recebíveis Imobiliários foram adquiridos com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM de 6,68% a.a. a 10,00% a.a. e Índice Nacional do Consumidor Amplo – IPCA de 9,00% a.a. a 7,00% a.a., de acordo com a característica de cada operação.

As Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridos com base na variação de 89,00% a 100,00% do Depósito Interfinanceiro – DI, de acordo com a característica de cada operação (2018 – 87,00% a 95,00% do DI).

As Letras de Crédito Imobiliário foram adquiridos com base na variação de 91,00% a 110,00% do Depósito Interfinanceiro – DI, com base na variação de 6,18% a.a.; mais Índice Nacional do Consumidor Amplo – IPCA e com base na variação de 4,95% a.a. a 6,90% a.a. mais Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, de acordo com a característica de cada operação (2018 – 97% do DI).

Os Certificados em Operações Estruturadas (COE) que corresponde a parte de Renda Fixa – Capital Protegido, mantidos em 30/06/2019, cujo vencimento em 23/02/2021 e 25/02/2022, de acordo com a característica de cada operação.

As Letras Financeiras do Tesouro são ajustadas a valor de mercado calculado com base em preços divulgados pela ANBIMA.

Os Certificados de Depósitos Bancários compromissados foram avaliados com base na variação de 116,50% do Depósito Interfinanceiro – DI e IPCA e com base na variação de 5,12% a.a. de acordo com a característica de cada operação.

As Letras de Crédito Imobiliário compromissadas foram adquiridos com base na variação de 95,00% do Depósito Interfinanceiro – DI, de acordo com a característica de cada operação.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas com aplicações interfinanceiras	2.483	2.701
Rendas com títulos de renda fixa	2.845	3.025
Resultado com títulos de renda fixa	6.243	6.554
Rendas de fundos de investimentos imobiliários	684	631
Ajuste de marcação a mercado	(506)	150
Total	<u>11.749</u>	<u>13.061</u>

c. Posição das Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos – Valor de Contratos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo e opções, registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física. Os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com outro banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece ao Banco a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa. Para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgadas em mercados de bolsas mais a taxa do câmbio à vista. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado. As operações em Instrumento financeiro derivativos são representadas como parte integrante do hedge do Banco e estão assim apresentadas:

	2019		2018		Nº de Contratos 2019	Nº de Contratos 2018
	Diferecial a receber (Ativo)	Diferecial a pagar (Passivo)	Diferecial a receber (Ativo)	Diferecial a pagar (Passivo)		
Operações a termo - NDF						
Termo	748	(798)	1.489	(897)	20.065	21.140
Swap						
Operações de Swap	185	(1.464)	3.302	-	34.792	7.196
Total	933	(2.262)	4.791	(897)		

c.1 Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2019	2018
Operações a termo - NDF	1.481	(4.371)
Resultado de Operações liquidadas - termo	1.225	(4.964)
Resultado de Operações de termo - aberto	256	593
Futuro	6.777	(24.419)
Resultado de Mercado - DI	267	14
Resultado de Mercado de câmbio	7.025	(26.144)
Operações de Day-Trade	(515)	1.711
Operações de Swap	(572)	3.316
Swap	(572)	3.316
Total	7.686	(25.474)

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios: Estrutura a Termo / Opções / Futuro / Ptax – Banco Central do Brasil / Cotações em bolsas.

8 Operações de crédito / Títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações de Crédito	67.740	53.368
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	326.042	295.552
Parcela a curto prazo	<u>393.782</u>	<u>348.920</u>
Operações de Crédito	2.671	2.165
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	574	497
Parcela a longo prazo	<u>3.245</u>	<u>2.662</u>
Total	<u>397.027</u>	<u>351.582</u>

⁽¹⁾ Os títulos e créditos a receber são originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos (Nota explicativa 9a) e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Indústria	74.506	49.676
Rural	701	2.213
Comércio	193.157	205.397
Outros serviços	119.998	78.051
Habitação	2.021	9.300
Pessoa Física	6.549	6.945
Intermediários Financeiros	95	-
Total	<u>397.027</u>	<u>351.582</u>

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimento	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	3.363	2.312
Créditos a vencer		
Até 3 meses	239.370	234.634
3 a 12 meses	151.851	111.973
1 a 3 anos	2.231	2.291
Acima de 3 anos	212	372
Total	<u>397.027</u>	<u>351.582</u>

d. Carteira de Créditos/Títulos a Receber e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de operações de crédito		Provisão requerida	
		<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
AA	0%	148.381	190.081	-	-
A	0,5%	226.287	153.168	(1.155)	(766)
B	1%	1.363	5.454	(14)	(55)
C	3%	3.367	900	(101)	(27)
D	10%	687	569	(69)	(57)
E	30%	14.975	228	(4.493)	(68)
F	50%	140	141	(70)	(71)
G	70%	310	271	(217)	(190)
H	100%	1.517	770	(1.517)	(770)
Total		<u>397.027</u>	<u>351.582</u>	<u>(7.635)</u>	<u>(2.003)</u>

Os créditos adquiridos por um mesmo cliente são classificados pelo maior risco, ou seja, em caso de inadimplência de quaisquer seus créditos, esses serão apurados com o maior nível de atraso.

e. Resultado das operações de crédito

	2019	2018
Operações de crédito	2.181	1.463
Rendas de empréstimos	1.881	1.189
Rendas de financiamentos – Moedas estrangeiras	96	-
Rendas de financiamentos – Interveniência	11	16
Rendas de financiamentos – Habitacional	193	258
Outras receitas e despesas operacionais	41.354	34.835
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	162	120
Antecipação de recebíveis	2.968	2.736
Resultado de cessão de operações de crédito	38.224	31.979
Resultado com operações de crédito	43.535	36.298

f. Seguros e Garantias

Em 30 de junho de 2019, a carteira do Banco tem cerca de 91,48% (2018 – 88,33%) de seus créditos protegidos por seguros de crédito / garantia fidejussórias / Alienação Fiduciária / Cessão de direitos creditórios. As operações com cartão de crédito são derivadas exclusivamente de compras com notas fiscais, feitas em estabelecimentos previamente analisados e contratados.

A carteira da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. tem títulos e créditos a receber correspondentes, cobertas por seguros, do total da carteira de 39,74% (2018 – 54,18%) dos contratos estavam segurados por apólices que garantem a cobertura de em média 90% do saldo da operação que venha a não ser paga dentro do prazo.

A carteira da Supplier CIA tem operações de créditos a receber correspondentes, cobertas por seguros, do total da carteira de 25,89% (2018 – 24,81%) dos contratos estavam segurados por apólices que garantem a cobertura de em média 90% do saldo da operação que venha a não ser paga dentro do prazo.

9 Outros créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Carteira de câmbio	187.518	129.749
Rendas a receber	5.950	2.743
Negociação e intermediação de valores	13.701	5.464
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	326.616	296.049
(-) Provisão	(4.353)	(725)
Créditos Tributários	3.092	2.898
Diversos ⁽²⁾	16.009	8.574
Total	<u>548.533</u>	<u>444.752</u>

⁽¹⁾ Referem-se a transação de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, que podem incorrer em taxa de desconto quando da antecipação de pagamentos aos lojistas. O ganho de tais antecipações é registrado de acordo com a liquidação do contrato na conta de receitas de antecipações de recebíveis (nota explicativa 8a).

⁽²⁾ O maior saldo de representatividade é de R\$ 4.423 - conforme Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda com parte do pagamento em Dação de 11/01/19 foi vendido a AMR Empreendimentos Imobiliários Ltda., os prédios e respectivo terreno situados à Rua Maria Paula, 184 e 186 e Travessa Noschese, no 17º Subdistrito - Bela Vista no valor total de R\$ 12.450 nos quais 50% são de nossa propriedade a serem quitados em até 60 meses a contar de 26.02.2019. O saldo refere-se ao valor em aberto até em 30 de junho de 2019.

a. Carteira de câmbio

As operações de câmbio estão apresentadas a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	86.946	98.277
Direitos sobre vendas de câmbio	115.448	45.622
(-) Adiantamento de moeda nacional	(14.876)	(14.150)
Total	<u>187.518</u>	<u>129.749</u>
Passivo - Outros créditos		
Câmbio vendido a liquidar	114.111	45.458
Obrigações por compra de câmbio	86.568	86.250
(-) Adiantamento de moeda nacional	(83)	-
Total	<u>200.596</u>	<u>131.708</u>

a.1 Resultado de Operações de Câmbio

	2019	2018
Rendas com banqueiros no exterior	34.026	26.089
Rendas com disponibilidade no país	20.057	49.560
Resultado do câmbio comprado/vendido	(7.145)	10.673
Ordem de pagamento a cumprir	23.262	11.327
Outras rendas	517	445
Total	70.717	98.094

b. Créditos tributários

Natureza e origem dos créditos tributários - 2019

Contas	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Imposto de Renda	1.485	526	2.011
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	891	190	1.081
Total	2.376	716	3.092

Natureza e origem dos créditos tributários - 2018

Contas	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Imposto de Renda	1.264	458	1.722
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	1.011	165	1.176
Total	2.275	623	2.898

- (1) A Supplier Administradora Cartões de Crédito S/A e sua controlada adotam procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social 20%.
- (2) A Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social 9%.
- (3) O Banco Ourinvest S/A e a Distribuidora de títulos e valores mobiliários não constituiu Créditos Tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social. No semestre findo em 30 de junho de 2019, possui um saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 351 (2018 - R\$ 25).

Movimentação do crédito tributário e expectativa de realização

Movimentação dos créditos tributários no período - 2019

Contas	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Saldo no início do período	2.275	623	2.898
Constituição no período	1.437	93	1.530
Reversão / realização no período	(1.336)	-	(1.336)
Saldo no final do semestre	2.376	716	3.092

Movimentação dos créditos tributários no período - 2018

Contas	Suppl. ADM de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA Sec. de Créd. Fin.	Total
Saldo no início do período	4.160	959	9.791
Constituição no período	2.275	623	2.898
Reversão / realização no período	(4.160)	(959)	(9.791)
Saldo no final do semestre	2.275	623	2.898

Realização / constituição do crédito tributário

Período	Aproveitamento de C. Tributário		Dias corridos remanescentes	Valor Presente	
	2019	2018		2019	2018
2019	3.092	2.898	186	(2.036)	(2.898)
Total	3.092	2.898		(2.036)	(2.898)

10 Outros valores e bens

	2019	2018
Bens não de uso próprio ⁽¹⁾	-	4.118
Seguros a apropriar	4.075	2.663
Outros	548	-
Total	4.623	6.781

⁽¹⁾ Venda do BNDU vide nota nº 9.

11 Outros Investimentos

	2019	2018
Ações e Quotas	-	200
Obras de Arte	13	12
Total	13	212

12 Imobilizado de uso

	2019			2018	
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Outras Imobilizações de Uso					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.685	(1.222)	1.463	502
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	10%	759	(470)	289	259
Sistemas de Processamento de Dados	20%	6.210	(3.736)	2.474	1.087
Total		9.654	(5.428)	4.226	1.848

13 Intangível

	2019			2018
	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Licença de Uso - Adquirida até out/13	5.053	(4.390)	663	831
Licença de Uso - Adquirida após out/13	1.623	(1.261)	362	636
Total	6.676	(5.651)	1.025	1.467

Segregação de aquisição do intangível conforme carta-circular BACEN nº 3.624 de dezembro de 2013.

14 Depósitos

a. Carteira

	01 a 90 dias	91 a 360 dias	1 a 5 anos	Total 2019	Total 2018
Depósito a prazo – Pré fixado	47.237	53.644	32.547	133.428	147.873
Depósito a prazo – Pós fixado	-	-	11.787	11.787	11
Total	<u>47.237</u>	<u>53.644</u>	<u>44.334</u>	<u>145.215</u>	<u>147.884</u>
 Parcela a curto prazo				<u>100.881</u>	<u>100.791</u>
 Parcela a longo prazo				<u>44.334</u>	<u>47.093</u>

b. Despesas com operações de captação do mercado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósito interfinanceiro	(57)	(14)
Depósito a prazo	(4.378)	(5.375)
Despesas de contribuição FGC	(118)	(182)
Operações compromissadas	(83)	(174)
Letras de crédito do agronegócio	(3.281)	(1.935)
Letras de crédito imobiliário	(14)	(166)
Letras financeira	(518)	(533)
Total	<u>(8.449)</u>	<u>(8.379)</u>

15 Obrigações por operações compromissadas

	Indexador		2019		2018	
			Revenda a	Recompra	Revenda a	Recompra
			Liquidar	a Liquidar	Liquidar	a Liquidar
			Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
LCI - Venc. fev/2022	107,00%	CDI	-	-	219	(223)
LCI - Venc. abril/2020	95,00%	CDI	-	-	189	(187)
LCI - Venc. abril/2019	94,00%	CDI	-	-	30	(30)
LCA - Venc. jul/2018	92,00%	CDI	-	-	338	(335)
LCA - Venc. junh/2020	95,00%	CDI	200	(198)	-	-
CDB - Venc. nov/2018	109,00%	CDI	-	-	30	(30)
CDB - Venc. mar/2021	5,12%	IPCA	-	-	155	(174)
CDB - Venc. jul/2019	109,00%	CDI	-	-	201	(205)
CDB - Venc. ago/2020	109,00%	CDI	-	-	218	(224)
CDB - Venc. abr/2021	6,70%	IPCA	-	-	1.867	(2.011)
CDB - Venc. mar/2021	5,12%	IPCA	188	(191)	-	-
CDB - Venc. jan/2019	122,00%	CDI	-	-	193	(205)
CDB - Venc. ago/2020	116,50%	CDI	115	(119)	-	-
Total			503	(508)	3.440	(3.624)

16 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias e Similares

	2019			2018	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares					
Letras de Crédito Imobiliário - Pós ⁽¹⁾	-	277	-	277	2.426
Letras de Crédito do Agronegócio - Pós ⁽²⁾	60.430	15.729	-	76.159	35.792
Letra Financeira Subordinada ⁽³⁾	-	-	12.335	12.335	12.349
Total	60.430	16.006	12.335	88.771	50.567
Parcela a curto prazo				76.436	37.956
Parcela a longo prazo				12.335	12.611

- (1) As Letras de Crédito Imobiliários foram adquiridos com base na variação de 95,00% a.a. a 96,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação (2018 - 93,00% a.a. a 96,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro - DI).
- (2) As Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridas com base na variação de 97,00% a.a. a 101,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro - DI, de acordo com a característica de cada operação (2018 - 92,00% a.a. a 95,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro - DI).
- (3) As Letras financeiras subordinadas são caracterizadas por instrumento de captação do Banco, com vencimento em 30/08/2022, a taxa de 100,00% do CDI do Depósito Interfinanceiro.

17 Relações Interdependências - Ordens de pagamento

As ordens de pagamento são representadas por remessas financeiras de recursos “do” e “para” o exterior, em moeda estrangeira ou em reais. Em 30 de junho de 2019, o saldo em ordens no exterior a cumprir contemplava no montante de R\$ 31.737 (2018 - R\$ 26.108).

18 Obrigações por empréstimos e repasses

No Exterior	2019	2018
Valor Principal	35.000	22.931
Juros	223	222
Variação Cambial	(1.145)	3.707
Liquidações	-	(1.183)
Total	34.078	25.677

As obrigações por empréstimo no exterior, em 30 de junho de 2019, referem-se a empréstimos em dólar no montante total de R\$ 34.078 (2018 - R\$ 25.677), com vencimentos em 20/09/2019 com Juros de 4,2687%.

No País	2019	2018
Valor Principal	20.000	-
Juros	442	-
Total	20.442	-

As obrigações por empréstimo no país em 30 de junho de 2019, no montante total de R\$ 20.442, com vencimentos em 19/03/2020 – 128% do DI, 18/02/2019 – 130% do DI e 02/04/2019 – 127% do DI.

19 Outras obrigações

a. Sociais e Estatutárias

As obrigações em sociais e estatutárias refere-se as provisões em participações no lucro e dividendos mininos obrigatório de R\$ 1.014 (2018 – R\$ 428).

b. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher, e valores em processos judiciais e administrativos que foram provisionados/regularizados da seguinte forma:

	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ lucro	3.533	5.552
Impostos e Contribuições a recolher	6.233	5.363
Recurso Especial - Auto de Infração ⁽¹⁾	-	6.741
Programa de Regularização Tributária ⁽²⁾	-	(1.345)
Total	9.766	16.311

⁽¹⁾ Com a promulgação da MP 766/17, o Banco Ourinvest aderiu, no dia 29/05/2017, ao Programa de Regularização Tributária “PRT”. O principal benefício deste programa foi o pagamento de 20% do valor da dívida consolidada em espécie e a amortização do saldo foi liquidado com o prejuízo fiscal de IRPJ da empresa controladora a Ourinvest Participações S/A., quitado em 30.01.19.

⁽²⁾ Com a promulgação da MP 766/17, em 29/05/2017 o Banco Ourinvest aderiu ao Programa de Regularização Tributária “PRT”. O principal benefício deste programa foi o pagamento de 20% do valor da dívida consolidada em espécie e a amortização do saldo remanescente com a utilização do crédito tributário referente ao prejuízo fiscal e saldo negativo de CSLL de sua controladora, Ourinvest Participações S/A.

c. Outras obrigações - negociação e intermediação de valores

	2019	2018
Liquidações pendentes ⁽¹⁾	47.451	24.736
Obrigações por empréstimos de ouro ⁽²⁾	47.852	42.721
Operação mercadorias e ativos financeiros a liquidar	1.720	1.972
Outros	18	-
Total	97.041	69.429

⁽¹⁾ Saldo de liquidações pendentes referente às operações de crédito já cedidas e saldo para aquisição de fundos e títulos para os clientes do Banco.

⁽²⁾ O empréstimo com vencimento em fevereiro de 2020.

d. Diversas - outras obrigações

	2019	2018
Obrigações para aquisição de bens e direitos	56	-
Despesas de pessoal	12.167	12.647
Passivo contingente ⁽¹⁾	1.415	1.122
Cretores diversos – país	191.825	222.510
Serviços administrativos Supplier	3.086	1.914
Serviços de câmbio	3.016	2.439
Serviços com transportes e segurança	2.106	1.371
Outros despesas administrativas	4.793	3.316
Total	218.464	245.319

⁽¹⁾ O Conglomerado Prudencial possui controles e políticas definidas para acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais. Uma vez obtido os pareceres dos assessores jurídicos, e estimado razoavelmente o valor da perda provável, os ajustes necessários para contabilizar os prováveis efeitos adversos dos processos em sua posição financeira. No semestre findo em 30 de junho de 2019, são 30 (2018 – 20) processos cíveis classificados com risco provável.

	2018				2019
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco provável					
Ourinvest - Contingências	466	1.463	(747)	-	1.182
Outros	82	-	-	151	233
Total	548	1.463	(747)	151	1.415

	2018				2019
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco possível					
CDC - Financiamento de Veículos	16	-	-	-	16
Cartão de Compra Supplier	530	-	-	-	530
FII	-	-	-	-	-
Próprios - Ourinvest	55	-	-	-	55
Total	601	-	-	-	601

	2017				2018
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco provável					
Ourinvest - Contingências	213	978	(27)	(42)	1.122
Outros	88	-	(88)	-	-
Total	301	978	(115)	(42)	1.122

	2017				2018
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco possível					
CDC - Financiamento de Veículos	16	-	-	-	16
Cartão de Compra Supplier	165	-	365	-	530
FII	1.017	-	(1.017)	-	-
Próprios - Ourinvest	285	-	(230)	-	55
Total	1.483	-	(882)	-	601

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - 2019					
	Banco Ourinvest S.A.	Ourinvest DTVM S.A.	Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA de Crédito S.A.	Consolidado
Resultado antes do IR e CS do semestre	3.176	1.157	6.306	38	10.677
Participação no Lucro	(36)	(6)	-	-	(42)
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	229	-	-	688	917
Despesas indedutíveis	93	191	-	-	284
Ajuste ao valor de mercado	535	(29)	11	-	517
Termo a liquidar	(797)	-	-	-	(797)
Emprestimo	-	-	(1.308)	-	(1.308)
Swap	-	-	1.030	-	1.030
Donativos	-	-	23	5	28
Provisões	-	-	1.019	-	1.019
Contingências	(95)	-	-	-	(95)
Outros	-	-	20	-	20
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(318)	-	-	(518)	(836)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	206	-	206
Equivalência patrimonial	-	-	(231)	-	(231)
Juros sobre o capital próprio	(1.200)	(490)	-	-	(1.690)
Total	1.587	823	7.076	213	9.699
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	-	-	-	-	-
Base de cálculo	1.587	823	7.076	213	9.699
Imposto de renda	(385)	(194)	(1.567)	(170)	(2.316)
Contribuição social	(238)	(123)	(981)	(68)	(1.410)

Imposto de renda e contribuição social - 2018					
	Banco Ourinvest S.A.	Ourinvest DTVM S.A.	Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Suppl. CIA de Crédito S.A.	Consolidado
Resultado antes do IR e CS do semestre	2.119	3.462	8.994	-	14.575
Participação no Lucro	(3)	(57)	-	-	(60)
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	254	-	-	409	663
Despesas indedutíveis	355	-	-	-	355
Ajuste ao valor de mercado	41	(190)	-	-	(149)
Termo a liquidar	(3.343)	-	-	-	(3.343)
Emprestimo	-	-	5.461	-	5.461
Swap	-	-	110	-	110
Auditoria	-	-	-	9	9
Donativos	-	-	38	-	38
Provisões	-	-	1.794	-	1.794
Bônus	-	-	2.200	-	2.200
Outros	-	-	281	-	281
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(452)	-	-	(1.480)	(1.932)
Resultado de equivalência patrimonial	(130)	-	-	-	(130)
Termo a liquidar	2.762	-	-	-	2.762
Reversão de variação cambial	-	-	(556)	-	(556)
Swap	-	-	(4.637)	-	(4.637)
Equivalência patrimonial	-	-	(1.965)	-	(1.965)
Reversão de provisões operacionais	-	-	(4.793)	-	(4.793)
Outros	-	-	(133)	-	(133)
Total	1.603	3.215	6.794	(1.062)	10.550
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	-	-	(2.060)	(483)	(2.543)
Base de cálculo	1.603	3.215	6.794	(1.545)	10.067
Imposto de renda	(389)	(792)	(1.663)	(270)	(3.114)
Contribuição social	(320)	(643)	(1.374)	(101)	(2.438)

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificadas no ativo não circulante e passivo não circulante.

21 Patrimônio líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Controlador</u>	<u>Controlador</u>
Capital Social	81.000	60.000
Ações Ordinárias no País	40.500	30.000
Ações Preferenciais no País	40.500	30.000
Reservas de Lucros	24.608	40.502
Reservas Legal	698	6.404
Reservas Especiais de Lucro	23.910	34.098
Participação de Não Controladores	70.785	96.487
Total	<u>176.393</u>	<u>196.989</u>

a. Banco Ourinvest S/A

Capital

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado e dividido em 6.824.602 (Seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e duas) ações, sendo 3.412.301 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, trezentos e uma) ações ordinárias e 3.412.301 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, trezentas e uma) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal, por acionistas domiciliados no país.

Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31.01.2018, foi deliberado um aumento do capital social para R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), com aproveitamento de reservas de lucros, mantido a mesma quantidade de ações.

Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26.12.2018, foi deliberado um aumento do capital social de R\$ 81.000 (oitenta e um milhões de reais), com aproveitamento de reservas de lucros.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em junho de 2019 constitui reserva legal no valor de R\$ 126 (2018 – R\$ 70).

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas do Banco. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. O Banco registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo obrigatório. Em junho de 2019, o Banco não constituiu provisão para dividendos mínimos obrigatórios (2018 - R\$ 334).

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26.12.1995, durante o primeiro semestre de 2019 destinou a título de juros sobre o capital próprio R\$ 1.200, e em 2018 não houve destinação de juros de capital.

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

b. Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários S/A

Capital social

O Capital Social é de R\$ 10.000 (2019-2018) está representado por 10.000.000 ações, sendo 5.000.167 ON e 4.999.833 PN, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país, com base na ata de assembléia geral extraordinária realizada em 06 de fevereiro de 2014.

Reservas de lucros

Reserva legal: Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitado a 20% do capital social em R\$ 42 (2018 – R\$ 99).

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, R\$ 792 (2018 – R\$ 1.777), oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizado para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 5% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembléia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. No primeiro semestre de 2019, a Distribuidora não destinou título de dividendos mínimos obrigatórios (2018 – R\$ 94).

Juros sobre o capital próprio

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, durante o primeiro semestre de 2019, a Distribuidora destinou o valor de R\$ 490 a título de juros sobre o capital próprio.

c. Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A

Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 41.738 (quarenta e um milhões, setecentos e trinta e oito mil reais), dividido em 295.601.617 (duzentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e dezessete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária dada em 25/10/2018, constou uma redução de capital social de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais), mas a redução foi de apenas R\$ 11.000 (onze milhões de reais) naquela ocasião. Dessa forma, o capital social, totalmente subscrito e integralizados em moeda corrente nacional, passou a ser de R\$ 46.738 (quarenta e um milhões, setecentos e trinta e oito mil reais), dividido em 223.781.599 (duzentas e vinte e três milhões, setecentas e oitenta e um mil, quinhentas e noventa e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

22 Receitas de Prestação de Serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Administração de fundo de investimento imobiliário	1.410	1.393
Comissão e colocação títulos	8.983	8.462
Tarifas bancárias	18.094	8.139
Corretagens em oper.bolsa/custódia	1.625	1.060
Tarifas de operações de câmbio	2.698	1.439
Outras	334	-
Total	<u>33.144</u>	<u>20.493</u>

23 Despesa de Pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração	(5.674)	(3.620)
Encargos	(46.653)	(43.705)
Benefícios	(7.357)	(5.144)
Treinamento	(376)	(301)
Total	<u>(60.060)</u>	<u>(52.770)</u>

24 Outras Despesas Administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços técnicos especializados e de terceiros ⁽¹⁾	(28.058)	(14.506)
Depreciações e amortizações	(1.025)	(735)
Provisões Passivas	(3.531)	(211)
Propaganda, promoções e publicidade	(935)	(767)
Processamento de dados	(2.809)	(1.817)
Comunicações	(1.588)	(1.339)
Aluguéis	(2.389)	(2.148)
Transportes e viagens	(594)	(478)
Segurança e vigilância ⁽²⁾	(7.091)	(8.021)
Manutenção e conservação de bens	(694)	(359)
Contribuições filantrópicas	(67)	(5)
Serviços de sistema financeiro	(9.738)	(8.524)
Água, energia e gás	(224)	(193)
Seguros	(4.240)	(3.908)
Outras ⁽³⁾	(4.685)	(4.069)
Total	<u>(67.668)</u>	<u>(47.080)</u>

⁽¹⁾ As maiores representatividades no grupo são apresentadas pelas prestações de serviço de indicação ao câmbio R\$ 20.904 (2018 – R\$ 11.711); crédito e cobrança R\$ 59 (2018 – R\$ 1.234); despesas com serviços técnicos R\$ 6.931 (2018 – R\$ 1.301); outros R\$ 164 (2018 - R\$ 260).

⁽²⁾ Custo de segurança e custódia.

⁽³⁾ A despesa com maior representatividade é com condomínio no total de R\$ 297 (2018 - R\$ 268).

25 Despesas Tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa com ISS	(1.407)	(1.014)
Despesa com COFINS	(8.548)	(6.475)
Despesa com PIS	(1.481)	(1.094)
Tributos estaduais, municipais e federais	(2.667)	(1.329)
Total	<u>(14.103)</u>	<u>(9.912)</u>

26 Outras Receitas Operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de encargos e despesas	9	174
Variações monetárias	2.080	928
Reversão de outras provisões	9.409	4.700
Rendas de variações de empréstimo de ouro	5.828	-
Total	<u>17.326</u>	<u>5.802</u>

27 Outras Despesas Operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissão em garantias	-	(1.746)
Descontos concedidos - Clientes - Supplier	(1.123)	(492)
Controles operacionais	(9)	(68)
Passivos contingente	(35)	-
Despesas financeiras	(240)	-
Despesas diferidas	(323)	-
Despesas com riscos operacionais	(297)	-
Outros	(320)	-
Total	<u>(2.347)</u>	<u>(2.306)</u>

28 Resultado não operacional

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tarifias de ocupação	11	-
Rendas de vendas	774	-
Seguro	-	(175)
Outros	-	(606)
Total	<u>785</u>	<u>(781)</u>

29 Limites operacionais - Acordo Basiléia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 2019 de 8,00% (2018 de 8,625%) mais adicional de Capital Principal de 2019 de 2,50% (2018 de 1,875%) do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, objetivando fazer frente aos riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez ao Banco. A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (Risk Weighted Asset) com base no Patrimônio de Referência, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, risco de crédito e riscos operacionais. Este índice está sendo calculado de forma consolidada.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio de referência	130.743	125.335
Patrimônio de referência exigido	81.433	78.324
Parcela de risco de crédito	36.680	35.341
Parcela de risco de mercado	15.643	11.987
Parcela de risco operacional	29.110	30.996
Total do ativo ponderado pelo risco	<u>1.017.913</u>	<u>908.110</u>
Índice de Basiléia	12,84%	13,80%

30 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do semestre, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Banco e demais empresas do Grupo Ourinvest.

Os principais saldos e resultados das transações com partes relacionadas foram:

		<u>2019</u>	
		Ativos	Receita /(Despesas)
Outros créditos diversos		3.224	-
Supplier Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	3.224	-
		<u>2019</u>	
		Ativos	Receita /(Despesas)
Outros obrigações diversos		7.551	517
Supplier Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	2.870	-
Ourinvest FIDC Financeiro - Supliercard	Repasse de cobrança	3.253	517
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	1.428	-
		<u>2018</u>	
		Ativos	Receita /(Despesas)
Outros créditos diversos		3.580	-
Supplier Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	3.580	-
		<u>2018</u>	
		Ativos	Receita /(Despesas)
Outros obrigações diversos		9.634	641
Supplier Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	3.369	-
Ourinvest FIDC Financeiro - Supliercard	Repasse de cobrança	4.744	641
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	1.521	-
		<u>2019</u>	
		Ativo	Receita /(Despesas)
Depósitos bancários		189	-
Depósito à vista – Banco Ourinvest S.A.		189	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.910	282
CDI pós – Banco Ourinvest S.A.		7.910	282
⁽¹⁾ Títulos e valores mobiliários		10.466	261
CDB Banco CDI – Banco Ourinvest S.A.		1.274	32
Letras de crédito do agronegócio - pós – Banco Ourinvest S.A.		205	8
Letras de crédito Imobiliário - pós – Banco Ourinvest S.A.		-	12
Prestação de Serviço		14	1.211
Banco Ourinvest S.A.		14	1.211
Outas despesas operacionais		327	(244)
Banco Ourinvest S.A.		(275)	(244)
Operação de crédito ⁽¹⁾		301	-
Pessoa Física		301	-

Outras partes relacionadas - pessoal-chave da administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores totalizou R\$ 5.674 (2018 - R\$ 3.620). O Conglomerado não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Conforme legislação em vigor, o Conglomerado não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

Em 29/10/2018, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;

Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:

- a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
- b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

31 Administrações de fundos/Sociedades de investimentos

O Conglomerado é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos cujo ativo total são os seguintes:

	2019	2018
Fundo de Investimento Imobiliário Península	3.131.339	2.974.372
Fundo de Investimento Imobiliário UBS ⁽¹⁾	-	70.968
Fundo de Investimento Ourinvest REI	95.978	84.158
Fundo de Investimento Ourinvest Cyrella	53.642	51.486
Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística	91.436	-
Fundo de Investimento OI Fundos de Fundos	49.833	-
Total	<u>3.422.228</u>	<u>3.180.984</u>

32 Outras informações

- (a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 873.610 (2018 - R\$ 982.480).
- (b) A cobertura de seguros contratados institui os riscos corporativos (operações, transações e riscos) de R\$ 15.000 (2018 – R\$ 15.000); seguro para operações de crédito oriundas do cartão de compras Supplier, no total de R\$ 23.563 (2018 – R\$ 41.519), riscos de ocupação (incêndio, danos elétricos, responsabilidades civis) de R\$10.927 (2018 – R\$ 6.405) e seguros de veículos R\$ 148 em 06/2019.
- (c) No semestre findo em 30 de junho de 2019, a cobertura de seguros de funcionários atingiu o montante de R\$ 471.
- (d) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.

33 Eventos subsequentes

- (a) Em Instrumento particular firmado em 19 de julho de 2019, os acionistas da Ourinvest DTVM celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”) um contrato de compra e venda de ações, por meio do qual o BTG se comprometeu a adquirir 80% do capital social total da Ourinvest DTVM, após superadas determinadas condições precedentes, em especial a aprovação da operação pelo BACEN e pelo CADE.